



UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC
ÁREA DE CIÊNCIAS DAS HUMANIDADES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
CAMPUS APROXIMADO DE CAMPOS NOVOS

**PLANO DE AÇÃO GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
BÁSICA JULIETA LENTZ PUERTA**

JOILSON DE GIACOMETTI

Campos Novos

2016

JOILSON DE GIACOMETTI

**PLANO DE AÇÃO GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
BÁSICA JULIETA LENTZ PUERTA**

Trabalho apresentado à Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC, como requisito parcial para a obtenção de média bimestral na disciplina de Planejamento em Gestão Escolar, do Curso de Pós- Graduação em Gestão Escola.

Orientadoras:

Prof. Dra. Cleusa Conceição Terres Schuch

Prof. Dra. Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt

Campos Novos

2016

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	13
3.1 DIMENSÃO SÓCIOECONÔMICA.....	14
3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA.....	15
3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA.....	18
3.4 DIMENSÃO FINANCEIRA.....	20
3.5 DIMENSÃO FÍSICA.....	20
4 METAS E AÇÕES.....	21
5 AVALIAÇÃO DO PLANO.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
7 REFERÊNCIAS.....	29

OBJETIVO GERAL

- Manter a Escola em funcionamento no regime de período integral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer aos educandos a possibilidade de serem cidadãos críticos e capazes de transformarem sua realidade.
- Promover a inclusão social de crianças e adolescentes de baixa renda no mercado de trabalho.
- Evitar a marginalização de crianças que estão a mercê da sociedade.

1 INTRODUÇÃO

Vive-se hoje em um mundo cheio de incertezas e surpresas, sabemos tão pouco ou quase nada sobre o que acontecerá amanhã, estamos convivendo com mudanças difíceis de compreender, tudo é muito rápido. Estas mudanças influenciam a educação e exigem dos gestores da educação, a tarefa de transformar e de socializar a formação humana para desafios futuros.

Nesse contexto desafiador, para que a escola se mantenha com excelência na função de promover uma educação de qualidade e oportunizar ao educando o entendimento do mundo onde vive e a possibilidade de mudar suas perspectivas, a gestão democrática é uma ferramenta importante que poderá ser eficiente com modelos educacionais epistemológicos adequados a realidade da escola e de acordo com a legislação vigente. Assim sendo, a gestão escolar deve buscar a participação coletiva, dialógica, que resolva os problemas da escola, diante de uma sociedade que tem naturalizada a prática capitalista e deixa para um segundo plano as questões sociais.

Dessa maneira, para que a gestão escolar democrática não seja apenas um belo discurso vazio, faz-se necessário que ela seja um instrumento de participação coletiva e que reflitamos sobre nossa atuação diária no cotidiano escolar, sempre atentos a não cometermos contradições e reproduzirmos em nossas práticas a dominação, que tanto lutamos para superar. Portanto, a gestão democrática deve expandir-se do âmbito da direção da escola e também incluir, os departamentos, secretarias e outros órgãos educacionais.

Uma escola de qualidade deve conter um currículo adequado, e não se constrói um currículo entre os muros da escola, sua formação vem de todo contexto social e real dos envolvidos. Não se pode pensar em currículo se não avaliar a sua sustentação teórica e sua execução. É necessário vencermos a ideia que o currículo seja entendido como apenas uma seleção de conteúdos a serem seguidos, essa ideia já não dá mais conta da complexidade do mundo atual. De acordo como os dados estatísticos das últimas décadas, o fracasso escolar é real e muito significativo, e nesse contexto a funcionalidade da escola tem sido muito questionada.

Sabe-se que a política educacional tem um valor significativo no que se refere à construção do currículo, mas é necessário que as escolas não tomem isto como uma receita a ser cumprida, pois a mesma refere-se a currículo como estratégia de ação

deixando às escolas responsáveis pela construção do seu currículo e conseqüentemente do projeto pedagógico. Sabendo-se que as bases do currículo são: a sociedade, as políticas, a escola, o professor e o aluno num determinado território.

A escola de Educação Básica Julieta Lentz Puerta, localizada no Distrito de Nova Petrópolis em Joaçaba busca atender esses pré requisitos essenciais a uma unidade escolar de excelência, atendendo muitos alunos que estão condições de vulnerabilidade social e, na escola de período integral oferecida conseguem ver uma oportunidade de ascensão social.

Essa escola frequentemente, vem passando por incertezas da sua permanência, sua continuidade nesse regime de funcionamento, contudo tem apresentado excelentes resultados na recuperação de menores que não conseguiam se incluir no meio social além de um excepcional desempenho no setor pedagógico, com atividades de planejamento coletivo e integrado dos conteúdos e de alfabetizar com excelência os alunos no tempo previsto pelo Ministério da Educação. Utilizando métodos de alfabetização inovadores crianças e adolescentes que chegam a escola com dificuldade de aprendizado e alfabetização no tempo adequado, logo se integram e começam a se interessar pelos estudos, pois são oferecidas aulas de modo que os mesmos se desenvolvam de acordo com seu tempo psicológico de aprendizado.

Portanto cabe uma mobilização para sensibilizar a Secretaria de Educação sobre a importância da manutenção da escola de período integral como instrumento de inclusão social e ascensão social e econômica desses alunos. Assim sendo, organizaremos um abaixo assinado, convocando uma reunião na câmara de vereadores para uma sessão na comunidade escolar, afim de relatar a importância da manutenção da escola em funcionamento e o custo benefício social a para o município e região. Para tanto, apresentamos o presente plano de ação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A aprendizagem constitui-se em um processo de apropriação interpsicológica (social) para intrapsicológica (individual) e está diretamente relacionada com a elaboração de conceitos científicos, que subsidiam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, permitindo ao sujeito uma transformação qualitativa.

No processo de aprendizagem e desenvolvimento, segundo Vygotsky, o estado de desenvolvimento mental de uma criança só pode ser determinado se forem revelados seus dois níveis: o nível de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal.

O desenvolvimento real de uma criança é aquele que pode ser determinado através de testes nos quais a criança resolve problemas de forma independente, autônoma. Já a zona de desenvolvimento próximo compreende tudo aquilo que a criança não faz sozinha, mas consegue fazer imitando um adulto.

Atualmente, para ser gestor de uma escola se faz necessário compreender todas as dimensões em que uma unidade escolar está inserida, e nesse sentido, compreender a dimensão pedagógica é fundamental. Para que o aspecto pedagógico seja definido na escola, cabe ao gestor o compromisso de conhecer os processos de aprendizagem, propiciando estudos com a comunidade escolar, bem como o conhecimento dos documentos curriculares que servirão de base para a estruturação e organização deste aspecto.

Hoje, vemos as informações que possuem uma velocidade nunca antes vivida, sabemos tão pouco ou quase nada o que acontecerá amanhã, porque estamos convivendo com muitas incertezas. Estas mudanças exigem dos gestores da educação, a tarefa de transformar e de socializar a formação humana para desafios futuros.

A gestão da educação atravessa uma fase de transformação que constituem diferentes medidas que objetivam alargar o conceito de escola, de reconhecer e reforçar sua autonomia, promovendo ações entre escolas e adotar modalidades de gestão específica.

Um dos elementos fundamentais para a gestão da escola é a gestão democrática, através da participação da comunidade escolar e da elaboração do projeto pedagógico da escola. Gestão é mais do que administração, é um ato de gerenciar, de tomar decisões.

A gestão da educação é responsável por garantir a qualidade de uma mediação no seio da prática social global. A educação, hoje, já superou muitas barreiras não tem mais aquela visão Taylorista e Fordista como no século passado. Apesar de tantas mudanças terem ocorrido no processo de organização das escolas ainda muito se tem a pensar e mudar. Para tanto, devemos colocar em prática ações que desenvolvam competências e habilidades em cada um de nossos alunos, assim eles irão se tornar mais independentes e autônomos, ou seja, a gestão democrática deve acontecer todo dia, iniciando na construção de planejamento e na tomada de decisões. Essa tomada de decisões não ocorre num determinado momento, é um processo complexo que se constrói através de etapas.

A gestão escolar objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, assim promovendo a aprendizagem efetiva dos alunos. Segundo Libâneo (2004 p. 137):

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. A principal função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas alternativas, criativas, de modo que aos objetivos sociais e políticos da escola correspondam estratégias adequadas e eficazes de organização e gestão.

Assim, o autor aponta questões concretas da escola e de sua administração.

Sendo que a autonomia administrativa, financeira e pedagógica e o estabelecimento de mecanismos que assegurem a escolha de dirigentes, são algumas estratégias consideradas essenciais para o fortalecimento da gestão escolar.

A ideia da gestão democrática do ensino é uma inovação da Constituição Brasileira de 1988, que a incorporou como um dos princípios do ensino público. A gestão

democrática aparece na LDB 9-394/96, ligada à participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar em conselhos escolares.

Segundo Libâneo (2004 p. 30): “[...] a escola é vista como um espaço educativo, uma comunidade de aprendizagem construída pelos seus componentes, um lugar em que os profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre a profissão.”.

Imerso num dado contexto cultural e participando de práticas sociais historicamente construídas, o indivíduo vai incorporando, ativamente, formas de ação já consolidadas nas experiências. Esse processo de incorporação ativa ou internalização de práticas culturais implica numa reconstrução individual das formas de ação realizadas no plano intersubjetivo. Reconstrução essa, que permite uma contínua e dinâmica configuração do funcionamento individual que irá repercutir na sua vida adulta.

A heterogeneidade, característica presente em qualquer grupo humano, é um fator imprescindível para as interações na sala de aula. Os diferentes ritmos, comportamentos, experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada criança (e do professor) imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade de troca de repertórios, de visão de mundo, confrontos, ajuda mútua e, conseqüentemente, ampliação das capacidades individuais.

Ao professor, cabe a tarefa de promover a colaboração entre os alunos, socializando e construindo conceitos e o gestor tem a função de dar condições para que esse trabalho aconteça na escola. Assim, a educação deve ajudar a criar as condições para que os alunos sejam transformadores da sociedade e de si mesmos, como refere Santos (2008): “[...] o professor deve se perguntar se o currículo com o qual trabalha há espaço para diferentes formas de manifestações culturais e também, se permite a integração dos conhecimentos escolares, possibilitando ao aluno uma compreensão mais abrangente dos conteúdos com os quais trabalha.” (SANTOS, 2008, p.16).

Contudo, para que a gestão democrática seja efetivada como um processo significativo na escola e na sociedade, a mesma deve envolver não apenas os gestores escolares, mas sim todo o sistema educacional, que deve priorizar e valorizar a formação do ser humano enquanto cidadão crítico e participativo nas decisões tomadas na sociedade, portanto se faz necessário que a gestão escolar seja um instrumento que não atenda aos anseios do sistema capitalista e sim das necessidades humanas de educação e qualidade de vida.

Dessa forma também é de suma importância que o currículo escolar contemple mais que os conteúdos que deverão ser trabalhados no ano letivo, mas inclua aspectos políticos no seu processo de construção e mudança, com participação ativa de todos os envolvidos no processo de educação, desde as unidades escolares e seus professores até os sistemas de ensino, ou seja, que toda sociedade tenha voz ativa em sua execução.

Assim como o mesmo contemple as questões sociais, e administrativas e principalmente pedagógica, onde todas as ações realizadas em torno do currículo tenham como objetivo facilitar o processo de ensino aprendizagem e produção de conhecimento.

O mundo está em movimento acelerado de transformações e a escola, como veículo socializador, deve oferecer um currículo que acompanhe essas mudanças para que não se torne algo obsoleto, sem funcionalidade quando relacionarmos com outras instâncias de informações tão próximas e tão presentes na vida da humanidade.

A educação está associada a procedimentos de socialização e aprendizagem que interferem e promovem processos de desenvolvimento humano, nos quais interagem saberes, habilidades, tecnologias, linguagens, hábitos, mitos, crenças, valores, padrões de conduta e padrões cognitivos. As instituições escolares e as práticas de escolarização decorrem da institucionalização dos processos educacionais que se realizavam cotidianamente e que se expressam enquanto currículo escolar. Segundo Araújo (2012, p.1):

O currículo é o enfoque principal da educação. Seu caráter é socializador, onde repercutem os interesses sociais e políticos. Relacionar as mudanças ao universo escolar é sustentar a funcionalidade da escola. Ao contextualizá-lo deve se ter claro que esse instrumento é cultural e social, onde se alicerça a vida social e democrática do país, visto que a formação real deve ser sustentada por todos os envolvidos com o fazer educação, como: A Sociedade, as políticas, a escola, o professor e o aluno.

Nas últimas décadas tem sido objeto de debate a função da escola, da docência e a pedagogia vem se ampliando, à medida que a sociedade e, sobretudo, os educandos mudam e o direito à educação se alarga, incluindo o direito ao conhecimento, às ciências, aos avanços tecnológicos e às novas tecnologias de informação. Mas também o direito à cultura, às artes, à diversidade de linguagens e formas de comunicação, aos sistemas simbólicos e ao sistema de valores que regem o convívio social, à formação como sujeitos éticos.

Nesse contexto vem sendo motivo de discussão e mudança a base curricular, o currículo a serviço de um projeto de sociedade democrática, justa e igualitária. Um ideal

de sociedade que avança na cultura política, social e também pedagógica. Uma sociedade regida pelo imperativo ético da garantia dos direitos humanos para todos.

O sistema escolar, assim como a nossa sociedade, vai avançando para esse ideal democrático de justiça e igualdade, de garantia dos direitos sociais, culturais, humanos para todos. Mas ainda há indagações que exigem respostas e propostas mais firmes para superar e tratar desiguais, lógicas e culturas excludentes.

Essa mudança cabe a escola, e seus esforços por construir estruturas mais igualitárias, menos seletivas. Esse papel cabe a todos os profissionais do sistema escolar, professores, coordenadores pedagógicos, diretores, dirigentes municipais e estaduais, profissionais das Secretarias e do MEC.

Portanto, a escola é um espaço de organização de saberes, valores e sentimentos que podem ser respectivamente ensinados, formados e experienciados. Assim, a relação entre currículo e a educação, neste sentido, não pode ser tomada como uma mera correia de transmissão de cultura, pois são partes integrantes e ativas de um processo de produção e criação de sentidos, de significações, de sujeitos. As relações entre currículo e educação constituem campo tanto de produção ativa da cultura como de contestação.

A experienciação de sentimentos como parte do currículo é também importante, pois a interação, assim como os processos de aprendizagem, mobilizam afetos, desejos e emoções. Cabe às instituições escolares assumirem que o espaço escolar é também de experienciação de sentimentos e que determinadas situações pedagógicas podem ser propiciadas para os mesmos. A escola é o espaço de encontro da cultura popular e de massa e seus respectivos saberes com a cultura popular e os saberes científicos selecionados pela escola, pode-se chamar também a esse currículo de interação com a cultura popular e a vivência do educando de oculto, pois não se prevê em documentos escolares. Segundo Silva (2004.p.22):

A participação contextualizada dos sujeitos na construção de suas práticas pedagógicas é uma exigência política, epistemológica e sociocultural para a qualificação do fazer educativo nos diferentes momentos do processo de construção curricular.

Nesta perspectiva, é importante examinar a diversidade cultural dos grupos de convívio de adolescentes e jovens que expressam padrões de convívio, que articulam valores, conduta, linguagem, habilidades, saberes e articuladores de suas práticas sociais. Estas se expressam em forma de vestimentas, gostos em particular o musical, um

pensamento político e social, que se expressa em locais de reunião e encontro. Os adolescentes e jovens em particular, são polarizadas e permeadas por grupos sociais organizados, com uma identidade em particular específica.

Nesse contexto de necessidade de mudança curricular que atenda às necessidades de aprendizado e desenvolvimento de um cidadão crítico consciente e participativo a proposta curricular de Santa Catarina, modificada em 2014 traz alguns avanços, sendo que documentos anteriores da mesma já foram inclusive utilizados para fazer alterações nos Parâmetros Curriculares Nacionais, devido a sua credibilidade.

Assim nela se expressa a utilização de um currículo integral, onde o conjunto desses movimentos, a articulação entre as áreas do conhecimento se tornasse fundamental. Os currículos organizados sob a perspectiva dessa articulação podem constituir significativa estratégia de superação de processos pedagógicos fragmentários que tendem a tornar o percurso formativo um acúmulo de etapas e fases. A articulação das diferentes áreas do conhecimento contribui na formação mais completa dos sujeitos na medida em que sugerem a organização de trabalhos pedagógicos nos quais diferentes componentes curriculares possam dialogar e compartilhar conhecimentos. Como diz Sacristan ([1991] 1998, p. 221 e 223):

“Muitos projetos curriculares fracassaram na prática, na longa história da inovação curricular, enquanto as atividades metodológicas das aulas não foram mudadas, mantendo-se as mesmas tarefas acadêmicas que vinham sendo praticadas. As novas mensagens se acomodam à forma das tarefas que são apresentadas ao aluno. Por isso, a inovação curricular implica relacionar propostas novas de conteúdos com esquemas práticos e teóricos com os professores. (...) conteúdo, processo de aprendizagem ou pensamento estimulado em torno de certos conteúdos e tarefa que o possibilita têm relação”.

Entende-se que a produção de experiências curriculares articuladas não significa a perda da identidade e das conquistas das trajetórias teórico-epistemológicas desses componentes. Portanto, na perspectiva da Formação Integral as áreas de Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática devem se inter-relacionar permanentemente Proposta Curricular.

Cabe ressaltar que a importância da avaliação na escola vem crescendo na medida em que a educação ganha mais espaço. No entanto, é difícil dizer que há, hoje, apenas uma visão a esse respeito. Existem práticas distintas acerca do que significa avaliar. A avaliação do desempenho dos alunos deve ser entendida sempre como um instrumento a

serviço da aprendizagem, da melhoria do ensino do professor, do aprimoramento da escola. Avalia-se para aumentar nossa compreensão do sistema de ensino, de nossas práticas educativas, dos conhecimentos dos educandos. Segundo Nardi (2015.p52):

Na educação formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, local onde há processos interativos intencionais. Há na educação não formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

Deve-se avaliar também para esclarecê-los a respeito de seus pontos fortes e fracos, dos conteúdos que merecem mais atenção, onde devem centrar esforços. Avaliamos para qualificar a aprendizagem, identificar problemas, encontrar soluções, corrigir rumos e acertar o passo de todos e de cada um.

3 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola de Educação Básica Professora Julieta Lentz Puerta está situada no Distrito de Nova Petrópolis, distante a 20 km do centro da cidade de Joaçaba. Atende a 204 alunos provenientes da área rural e urbana. Abrangendo os bairros: Flor da Serra, Centro, Nossa Senhora de Lourdes, Anzolin, Jardim Lindoia, Jardim das Hortências, Armindo de Medeiros Haro, Distrito Industrial e Distrito de Nova Petrópolis.

Inicialmente, em 1971, foi criado o Grupo Escolar Professora Julieta Lentz Puerta pelo decreto 10.573 de 02-03-1971, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina página 02 de 24-03-1971. Em 1974 foi elevada à categoria de Escola Básica Professora Julieta Lentz Puerta, com autorização para funcionamento de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental.

A escola atende em período integral da Pré-escola aos anos finais de Ensino Fundamental. A mesma exerce uma função social importantíssima à comunidade, município e região. Sendo o único meio dos educandos de famílias de baixa renda ou rejeitados pela sociedade, provenientes de abrigos de menores conseguirem ascensão social, inserirem-se no mercado de trabalho e terem a condição de mudarem sua própria história, não ficando à margem da criminalidade.

3.1 DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Pode-se observar a seguir, os dados que envolvem as famílias dos educandos, considerando que as variáveis apresentadas, influenciam diretamente no processo ensino-aprendizagem. Os dados apresentados foram coletados através de questionário específico, enviado para as famílias. Atendemos em 2016 a 135 famílias de alunos provenientes da área rural e urbana, sendo 41,2% da área rural e 58,8% da urbana, considerando que 78,6% das famílias possui moradia própria e 85,5% dos alunos usa transporte escolar.

A renda de 14,5% delas é de menos de um salário mínimo, 39,7% é de 1 a 2 salários mínimos; 22,1% tem renda de 2 a 5 salários mínimos; 5,3% tem renda de mais de 5 salários mínimos e 18,3% das famílias não responderam a essa pergunta. Sendo que 64,9% dos pais ou responsáveis possui carteira de trabalho, podendo afirmar que a maioria das famílias tem baixa renda, o que interfere na compra de materiais e uniforme escolar, auxílio nas viagens de estudo e alimentação saudável, pois muitas crianças chegam na escola sem ter feito a refeição em casa.

O grau de instrução dos pais varia desde analfabeto até pós-graduado, sendo que mais de 50% deles não concluiu o ensino fundamental, dificultando o acompanhamento das tarefas e atividades escolares por parte da família. Essa instrução pode ser observada através dos seguintes percentuais: 0,4% analfabeto; 51,5% com ensino fundamental incompleto; 12,6% com ensino Fundamental completo; 19,5% com ensino médio completo; 08% com curso técnico; 3,8% com superior, 4,6% com pós-graduação e 6,8% não informaram. Cabe ressaltar que esses dados foram obtidos por meio de questionário enviado as famílias pela equipe gestora no final do ano de 2015.

A descendência da maioria dos alunos é de afrodescendentes com 57,3%, seguido de 32,1% de italianos, 5,3% de alemã e 10,6% de outras etnias ou que não informaram, 69,5% das famílias declararam cor branca, 27,5% parda, 2,3% negra, ressaltado que, devido a miscigenação, a maioria dos afrodescendentes declaram-se brancos.

A religião com maior incidência é a católica, com 68,7%, seguida pela religião evangélica com 23,7% e 7,3% de outras religiões e que não informaram. Das famílias que fazem parte da comunidade escolar 19,1% recebe bolsa família, 3,1% recebe auxílio doença, 3,1% recebe pensão por morte, 1,5% é aposentado, 71,8% não recebe nenhum tipo de auxílio e 1,5% não informou.

No que se refere à participação das famílias em associações conclui-se que apenas 13% estão ligadas de alguma forma em: APP de escolas, Diretorias de Igrejas,

Associações de Moradores, entre outras, ocasionando o pouco envolvimento em determinadas atividades desenvolvidas pela escola.

Também podemos perceber que 32,8% das famílias tem telefone fixo, 98,5% possuem telefone celular, com 64,3% delas possuindo 2 ou 3 aparelhos celulares em casa, bem como 44,3% tem computador e 46,6% possui acesso à internet, embora limitado, com pouca velocidade. Os alunos, em sua maioria residem com os pais, somando 67,2%, 19,1% moram com a mãe, 4,6% com o pai, 3,1% com avós e 6% com outros parentes ou abrigo municipal. Mesmo morando com os pais, percebemos negligência por parte de algumas famílias, na questão de acompanhamento pedagógico, alimentação, vestuário.

3.2. DIMENSÃO PEDAGÓGICA

A E.E.B. Prof.^a Julieta Lentz Puerta tem como filosofia proporcionar a comunidade escolar através de suas ações, condições para que a mesma possa dialogar ouvir, discutir, questionar e compartilhar saberes, oportunizando espaços para transformações, para as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua e a criatividade, priorizando aos professores e alunos autonomia para pensar e refletir sobre o seu próprio processo de construção de conhecimento, dando acesso a novas informações e, um conhecimento sistematizado onde todos possam usufruir a proposta de ampliação das oportunidades de aprendizagem, de forma igualitária, buscando uma sociedade mais justa, que vise à inclusão social.

Neste sentido, visando o desenvolvimento pleno do sujeito, onde este participa e interage no processo sócio histórico, surge a ideia de uma escola pública integrada que faça a diferença, atuando positivamente na formação do indivíduo. A Secretaria de Estado da Educação apresenta a proposta e torna realidade à sociedade catarinense regulamentando esta nova modalidade com o Decreto nº 3.867 de 19 de dezembro de 2005.

A concepção teórica e metodológica da Proposta Curricular de Santa Catarina está pautada no materialismo histórico, que define a sociedade como síntese das relações sociais de produção. O homem é produtor e produto dela, é um sujeito do conhecimento socialmente determinado. Portanto, síntese das relações sociais de sua época, onde a educação é o processo de humanização do homem em sociedade.

No que tange à metodologia de ensino, o Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Básica Julieta Lentz Puerta, faz contar que a teoria que subsidia o trabalho

do corpo docente é a teoria citada na Proposta Curricular de Santa Catarina, denominada Teoria da Atividade.

Esta teoria se baseia, de acordo com a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) na consideração das atividades principais do sujeito na construção de sua aprendizagem e nos seus processos de desenvolvimento. Essa atividade “promove as principais transformações nas particularidades psicológicas do ser humano em dado período de desenvolvimento, gerando as neoformações.” (SANTA CATARINA, 2014, p.37).

A escola adota a nomenclatura de Atividade de Aprendizagem para a metodologia de ensino, a qual precisa compreender as ações dos sujeitos da escola como fonte de aprendizagem e que essas acontecem mediante interação entre os mesmos. Nesse sentido, percebe-se a proposição de situações problema aos estudantes de modo a buscar compreensão do objeto de estudo e elaboração de conceitos através da inter-relação entre os conhecimentos prévios dos alunos e o que ele ainda desconhece cientificamente.

A atual legislação da educação coloca a qualidade da aprendizagem, e o sucesso do aluno acima de toda e qualquer formalidade burocrática, por isso concede autonomia pedagógica às escolas, com este entendimento, defendemos a avaliação constante e contínua, pois, ela nos permite identificar o problema de aprendizagem de modo que possamos rapidamente tomar as providências necessárias para superá-las, a avaliação busca essencialmente acompanhar o processo ensino-aprendizagem para poder aprimorá-la.

No quadro a seguir apresentamos o rendimento dos alunos no período de 2011 a 2015, em que se observa um alto índice de aprovação. Nos quadros seguintes apresentamos os resultados das avaliações Prova Brasil, e os índices do IDEB – Índice de desenvolvimento da Educação Básica.

Quadro 1 – Resultado do Rendimento (aprovação, reprovação, evasão) dos alunos da escola “A” – 2011 a 2015

Ano	Aprovação	Reprovação	Evasão
2011	147	1	1
2012	142	3	-
2013	134	8	-
2014	166	0	1
2015	193	3	2

2016	188		
------	-----	--	--

Nota: Quadro adaptado pelo autor.

Através do quadro acima pode-se perceber que o índice de reprovação e evasão escolar vem caindo consideravelmente nos últimos anos na unidade escolar, situação muito positiva visto que a mesma abrange uma clientela escolar de baixa renda e familiares com pouca instrução escolar e que constantemente estão em transito em busca de menores condições de trabalho ou por problemas familiares.

PROVINHA BRASIL - LEITURA

Quadro 2 – Resultado do Prova Brasil dos alunos da escola “A” – 2011 a 2015

Ano	Média da Turma Teste 1	Média da Turma Teste 2
2011	17.82	17.81
2012	16	16
2013	14.5	17.4
2014	18.45	16.04
2015	17.3	15,5
2016	17,6	

Nota:

PROVINHA BRASIL – MATEMÁTICA

Ano	Média da Turma Teste 1	Média da Turma Teste 2
2012	14	17
2013	16.75	18.8
2014	17.6	18.52
2015	18.6	17
2016	17,6	

IDEB -2011	4,7	METAS: 2013: 5
IDEB -2013	5,0	METAS: 2015: 5,2

O processo avaliativo dos alunos, portanto, é de maneira contínua, conjugando teoria e prática, seja de forma escrita ou atividades lúdicas, utilizando de recursos de mídia, e tecnológicos de acordo com as atividades propostas.

Dessa maneira a escola pretende desenvolver no educando gradativamente habilidades cognitivas, possibilitando aprimoramento contínuo de suas habilidades de modo a serem utilizadas no meio onde vive de forma ativa.

São realizadas semanalmente reuniões pedagógicas de planejamento, as sextas à tarde, afim de reavaliar os processos e meios utilizados em todas a dimensões da escola, assim como enfatizar novas metas e ações a serem acalçadas.

Com relação a matrícula a escola obedece aos critérios estabelecidos pela legislação vigente. Admissão de alunos novos (o responsável pelo menor terá 30 dias para apresentar a documentação necessária). Admissão de alunos por transferência. Admissão de alunos, independentes da escolarização anterior. Confirmação pelos pais ou responsáveis para os atuais alunos. A partir do ato da matrícula, o Aluno, o Pai, ou responsável tomará conhecimento dos dispositivos do Plano Político Pedagógico da Unidade Escolar. Constatada irregularidades no documento do aluno, referente à série que está cursando, a Unidade Escolar deverá propiciar a sua regularização, exceto nos casos cuja documentação encontra-se em tramitação no poder Judiciário ou Conselho Tutelar.

A organização e dinâmica da escola não dependem somente do corpo administrativo e docente da escola, mas de todos os membros que compõem a mesma. Pais, alunos, funcionários, direção, professores devem buscar ter organização e dinamismo, e esses pontos devem estar contidos no PPP, assim como do apoio do sistema educacional, para construir uma educação de qualidade.

3.3. DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Atualmente, a gestão escolar perpassa por uma mescla de diferentes teorias que circulam na sociedade, seja no aspecto econômico, político e social e que nem sempre se remetem ao verdadeiro interesse educacional, do saber amplo e para a formação social.

A consolidação de uma gestão escolar emancipatória, ou democrática, remete a ações que envolvam todos os integrantes da comunidade escolar na tomada de decisões, portanto, a gestão escolar deve buscar a participação coletiva, crítica e que possa ser pertinente a resolver os problemas da escola, perante a uma sociedade que tem por excelência a prática capitalista e deixa a desejar ao social e cultural.

Dessa maneira, para que a gestão escolar democrática não seja apenas um belo discurso vazio, se faz necessário que seja uma ferramenta de participação coletiva e que reflitamos sobre nossa atuação diária no cotidiano escolar, sempre atentos a não cometermos contradições e reproduzirmos em nossas práticas a dominação, que tanto lutamos para superar.

A Escola de Ensino Fundamental Julieta Lentz Puerta busca por meio de sua administração escolar atender essas exigências e demandas da sociedade atual, para que o processo de ensino aprendizagem seja eficaz e atenda às necessidades da sua clientela escolar, preparando-os para a vida em sociedade.

A organização de funcionamento da unidade escolar ocorre no período matutino das 8 h 00 min às 12 h 45 min. Com Intervalo dos turnos: 12 h 45 min às 13 h e Vespertino das 13 h às 17 h.

Atende aos níveis de Ensino Fundamental de nove anos a partir de 2007. Lei nº. 11.114/2005 e Lei nº. 11.274/2006 que institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração, como regem as Leis dando sequência nos anos posteriores.

Toda semana, na sexta-feira, é realizado planejamento coletivo das Atividades de Aprendizagem no período vespertino, portanto os alunos neste dia têm aula somente no período matutino, planejamento este possível porque todos os dias são trabalhadas 1 aula a mais e 15 minutos a mais no projeto do horário do almoço. Esta é a forma encontrada para ministrar carga horária da matriz curricular da EPI.

O corpo docente é formado por profissionais de capacitados em cada disciplina em que lecionam, sejam de caráter efetivo ou ACTs, com graduação e Pós graduação nas áreas em que atual, sempre buscando cursos de capacitação.

Para avaliar a materialização da proposta pedagógica será realizado sempre no final do primeiro semestre e no final do ano letivo o Fórum Participativo com o intuito de avaliar as metas planejadas para o período. O Conselho Deliberativo Escolar presidirá o Fórum. Participação do Fórum: CDE, APP, GRÊMIO, LIDER da turma a partir do 4º ano e todos os demais professores e funcionários da escola Todas as discussões serão relatadas em livro específico do CDE.

Pode-se observar analisando o PPP da escola que a mesma atende a legislação vigente e possui uma excelente interação com a comunidade escolar e o respaldo da mesma, pois a Unidade Escolar busca atender as necessidades básicas de formação e ajuda na reivindicação de seus direitos e deveres, ou seja buscando formar cidadãos críticos e participativos, com isso consegue ter os órgãos vinculados a escola, como a APP, GRÊMIO ESTUDANTIL, CONSELHO DELIBERATIVO E NEPRE são atuantes na escola e comunidade escolar e sempre vinculadas aos projetos propostos pela escola.

3.4. DIMENSÃO FINANCEIRA

A escola recebe anualmente recursos do governo federal através do PDDE Fundamental, que no ano de 2016 é de R\$5.060,00, e recursos do governo do Estado através do programa Cartão Corporativo CPESC, que para 2016 o valor é de R\$4.500,00, sendo insuficiente, pois a escola atende em período integral e tem direito a receber o valor per cata maior, também recebe mensalmente recursos de uma empresa parceira de Curitiba no valor de R\$ 200,00.

A APP realiza durante o ano dois eventos: Jantar dançante em homenagem às mães e a festa junina, com o intuito de apresentar as atividades realizadas e confraternizar com as famílias, a renda dos eventos é aplicada nas necessidades advindas do cotidiano da escola. Outra fonte de recursos é obtida através das ações do Grêmio, da Gincana da escola que é coordenada pelo grupo do NEPRE e pelo próprio Grêmio Estudantil, envolvendo toda a comunidade escolar. Para aplicação dos recursos sempre são realizadas reuniões com os segmentos da unidade escolar.

Para o ano de 2016 teremos, somando os recursos das fontes citadas, aproximadamente R\$20.000,00, para uma escola que atende em tempo integral e famílias bastante carentes, de modo que os recursos não são suficientes para as necessidades existentes, precisando buscar mais fontes de recursos.

As prestações de conta das verbas recebidas da esfera federal são feitas em formulários próprios, bem como a do cartão corporativo. Em relação aos eventos promovidos pela Unidade Escolar, a prestação é feita em planilhas expostas para os membros da APP e posteriormente, na escola.

3.5. DIMENSÃO FÍSICA

No que se diz respeito às instalações gerais, a escola possui: 1 Secretaria; Salas de aula: 05 (dimensão normal) e 04 (provisórias – salas divididas) Cozinha: 01 Sala dos professores: Área coberta: 01 Quadra de esporte: 01 (sem cobertura) Banheiros: 03 Biblioteca: 01 (adaptada) Sala informatizada: 01 Sala multifuncional: 01

Com relação a instalações, condições materiais e laboratórios, possui, Sala de informática; Materiais didáticos; Livros de literatura infantil e infanto-juvenil.

No que diz respeito às condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, deve-se propor um Projeto na Secretaria de Desenvolvimento Regional para providências.

No que se refere a áreas de convivência e infraestrutura para desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais, a Unidade Escolar tem uma quadra poliesportiva, que não possui medidas oficiais para prática dos esportes e nem cobertura. Está construída em terreno particular que está sendo desapropriado. Estamos providenciando junto a SDR a construção de Ginásio Poliesportivo em parte do espaço do campo de futebol.

No contexto de local de alimentação e de oferta de serviços possui pórtico coberto que serve como refeitório.

A partir da análise realizada percebe-se que a escola tem uma excelente organização pedagógica e administrativa e que fica a desejar em sua dimensão física, com relação a um melhor ambiente para alimentação (refeitório), a falta de um ginásio de esportes para a prática esportiva e de uma biblioteca com maior espaço para que possam ser adquiridos e melhor organizados os livros e um ambiente agradável a leitura e pesquisa.

4 METAS E AÇÕES

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

META: Conhecer a realidade socioeconômica da comunidade escolar.

Ação	Objetivo	Período	Público Alvo	Recurso	Responsável
Realizar o levantamento das famílias que recebem menos que um salário mínimo, através de um questionário. Elaborar um questionário.	Compreender a situação socioeconômica da clientela escolar em situação de vulnerabilidade social. Levantar os dados das famílias.	De Janeiro de 2017 à dezembro de 2020.	Famílias interessadas.	Orientação técnica da Epagri, coordenada pela Unidade escolar, prefeitura e famílias.	Comunidade escolar, prefeitura, EPAGRI.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA

META: Manter o planejamento interdisciplinar e o sistema de atividades de aprendizado e promover palestras e viagens de estudos.

<p>Ação</p> <p>Desenvolver o planejamento integrado dos componentes curriculares oferecidos da Unidade escolar, por meio de atividades de aprendizado e planejamento integrado dos conteúdos.</p> <p>Promover palestras sobre currículo e planejamento escolar</p> <p>Realizar viagens de estudos para alunos e professores</p>	<p>Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none"> Assegurar que a os conteúdos trabalhados sejam significativos a formação de cidadãos críticos e conscientes capazes de transformar sua realidade social. <p>Possibilitar a formação continuada dos professores.</p> <p>Oportunizar momentos e vivencias diferenciadas de aprendizagem.</p>	<p>Período</p> <p>De Janeiro de 2017 à dezembro de 2020.</p>	<p>Público Alvo</p> <p>Equipe gestora, docentes e educandos da escola.</p>	<p>Recurso</p> <p>Palestrantes, Transporte</p>	<p>Responsável</p> <p>Equipe gestora, docentes, secretaria de educação e empresas colaboradoras.</p>
<p>META: Revisar os aspectos pedagógicos do Projeto Político Pedagógico, de acordo com legislações, orientações e necessidade da comunidade escolar.</p>					
<p>Ação:</p> <p>Realizar reuniões pedagógicas para revisão do PPP.</p>	<p>Objetivo</p> <p>Reunir os professores, todas as sextas-feiras.</p>	<p>Período</p> <p>Dezembro/2016 a fevereiro/2017</p>	<p>Público Alvo</p> <p>Comunidade escolar.</p>	<p>Recurso</p> <p>Multimídia, notebook e folhas A4.</p>	<p>Responsável</p> <p>Equipe gestora e professores.</p>

Socializar com a comunidade escolar a revisão do PPP.	Reunir a comunidade escolar no final do mês de março de cada ano de vigência do plano, a fim de aprovar o PPP para o ano subsequente.				
DIMENSÃO ADMINISTRATIVA					
META: Fortalecer a integração da equipe gestora com os demais componentes democráticos da comunidade escolar. App, Grêmio Estudantil, Conselho Deliberativo e Nepre.					
Ação: Exposição da importância de ter formação aos membros do CDE e APP. Buscar junto a GERED parceria para realizar a capacitação dos membros do C.E. Providenciar espaço físico e materiais necessários, bem como organizar o calendário de encontros.	Objetivo Informar todos os membros sobre a importância da capacitação. Promover curso de capacitação de conselheiros escolares para os membros. Organizar calendário e espaço físico para a realização da capacitação do CE.	Período De Janeiro de 2017 à dezembro de 2020.	Público Alvo Colegiados da escola.	Recurso GERED, sala de tecnologias.	Responsável Equipe gestora, equipe docente e GERED.
DIMENSÃO FINANCEIRA					
META: Buscar parcerias com entidades privadas para dar continuidade aos projetos realizados e iniciar novos.					
Ação	Objetivos	Período	Público Alvo Comunidade escolar.	Recurso	Responsável APP e equipe gestora.

Realiza contato com as empresas expondo a necessidade de recurso para a manutenção da escola. Divulgação das empresas parceiras em atividades da escola.	Apresentar as empresas os dados de aplicação dos recursos e a importância de continuar a parceria.	De Janeiro de 2017 à dezembro de 2020.		Parceria com empresa privada, APP.	
META: Realizar as promoções culturais da comunidade escolar no período de vigência do PGE.					
Ação Planejar e realizar o jantar dançante do dia das mães e a festa junina	Objetivo: Angariar recursos para adquirir materiais básicos a manutenção do funcionamento da unidade escolar.	Período De Janeiro de 2017 à dezembro de 2020.	Público Alvo Comunidade escolar.	Recurso APP, local para realizar as promoções.	Responsável Equipe gestora e colegiados da escola.
DIMENSÃO FÍSICA					
META: Ampliar o espaço físico da escola, com a construção de um refeitório, rampas de acesso e ginásio de esportes.					
Ação Enviar o projeto a SME solicitando a construção de um ginásio de esportes para as autoridades, de um banheiro adequado a educação infantil, e rampas de acesso a pessoas com necessidades especiais.	Objetivo Sensibilizar a SME quanto a necessidade de ampliação da escola. Promover a integração cultural e social dos educandos por meio do esporte.	Período De Janeiro de 2017 à dezembro de 2020.	Público Alvo Comunidade escolar.	Recurso Empresas privadas, APP, governo do estado e prefeitura.	Responsável Comunidade escolar com a articulação da equipe gestora.

	<p>Facilitar o acesso de pessoas com deficiência física a se locomoverem pela escola. Assegurar a alimentação em local adequado aos educandos. Oferecer as condições mínimas exigidas para a manutenção de uma turma de educação infantil.</p>				
--	--	--	--	--	--

5 AVALIAÇÃO DO PLANO

Avaliar é um processo complexo que exige critérios, fundamentação teórica e ética. Exige um processo contínuo de análise e síntese do que foi proposto e do que está e será realizado, tendo em vista essa prerrogativa o plano deve ser analisado anualmente em suas dimensões socioeconômicas, pedagógica, administrativa, física e financeira sejam alcançadas e venham ao encontro das necessidades da clientela educacional atendida pela unidade escolar. Essa avaliação será efetuada através de levantamentos do que foi realizado e do que necessita de adequação, buscando envolver toda a comunidade escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, no Brasil, tem sido colocada a responsabilidade do sucesso ou do fracasso do aprendizado e desenvolvimento educativo dos alunos na gestão escolar. Assim, os governos retiram sua parcela de responsabilidade, de tal forma que quando um indicador externo de avaliação não apresenta um resultado esperado a culpabilização recai na má gestão das unidades escolares.

Não se pode eximir da responsabilidade quem está à frente de uma Unidade Escolar, como o gestor, de exercer um trabalho digno e em prol da sociedade, contudo o papel e responsabilidade dos órgãos públicos não pode ser negligenciada nessa análise.

A Escola de Educação Básica Julieta Lentz Puerta, vem passando por incertezas na sua continuidade, embora tenha apresentado excelentes resultados na recuperação de menores que não conseguiam se incluir no meio social, além de um excepcional desempenho no setor pedagógico, com atividades de planejamento coletivo e integrado dos conteúdos e de alfabetizar com excelência os alunos no tempo previsto pelo Ministério da Educação, além de alfabetizar utilizando métodos inovadores a crianças e adolescentes que chegam a escola com dificuldade de aprendizado e alfabetização no tempo adequado. Na escola são oferecidas aulas de modo que os mesmos se desenvolvam de acordo com seu tempo psicológico de aprendizado.

Portanto, caberá a comunidade escolar sensibilizar a Secretaria de Educação da importância da manutenção da escola de período integral como instrumento de inclusão social e ascensão social e econômica da clientela atendida. Se necessário for, organizaremos um abaixo assinado, convocando uma reunião da câmara de vereadores a uma sessão na comunidade escolar, afim de relatar a importância da manutenção da escola em funcionamento e o custo benefício social a para o município e região.

7 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Santos. **O Currículo e seus entraves**. Bahia: do Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia, 2012.15 p.

BASTIANI, Sherlon Cristina de e NARDI, Elton Luiz. **Construindo a qualidade da Educação: entre o desafio da ação escolar e a produção de resultados oficiais**. In. Qualidade da Educação no Ensino Fundamental – Entre políticas e a (ex)tensão do tema na escola pública. Orgs. NARDI, Elton Luiz e SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Editora Unijuí, Ijuí. 2015.

BRASIL. Lei. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez.1996.

FERREIRA, N.S.C. **A gestão democrática da educação: Atuais tendências e novos desafios**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006, 119p.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 352 p. ISBN 9788573073768.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004. 319p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Editora Heccus, São Paulo, 2015. 6ª Edição.

SILVA, Gouvêa. **A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas**. São Paulo: 2004. 405 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 153 p. ISBN 9788586583445.

Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Disciplinas Curriculares; Florianópolis: IOESC, 2005.192p.

SOUZA, Alves, Valdivino. **A gestão Escolar**. Publicado em 21/04/2007, por acesso, <http://www.webartigos.com>